



X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

VISITA PEDAGÓGICA À CASA DA CULTURA DE FEIRA DE SANTANA (CASARÃO DOS OLHOS D'ÁGUA) E A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS ESCOLARES NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MARINHO FALCÃO

Maiane Almeida de Jesus Ribeiro ¹

Willivan do Carmo Santos ²

RESUMO

O presente trabalho é um relato das experiências de uma visita pedagógica à Casa da Cultura de Feira de Santana, situada no Casarão dos Olhos D'Água, localizado na cidade de Feira de Santana, no interior da Bahia. A visita foi realizada em 2025 com alunos do Ensino Fundamental – Anos Finais (6º anos) da Escola Municipal João Marinho Falcão. O objetivo da visita pedagógica foi proporcionar aos alunos a oportunidade de vivenciar a construção de conhecimentos em outros espaços educativos, culturais e científicos da cidade, para além da sala de aula. Tais práticas têm respaldo em diversos documentos legais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A visita incluiu atividades interativas que promoveram o engajamento dos alunos e contribuíram para uma aprendizagem significativa. Os resultados indicam um aumento no interesse e na compreensão dos temas estudados. A experiência destaca a importância do uso da cidade e de seus equipamentos urbanos na construção do conhecimento escolar.

Palavras-chave: Visita pedagógica, Museu, Feira de Santana, História, Educação Física.

¹ Graduada pelo Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professora de Educação Básica da Rede Municipal de Feira de Santana (PMFS)/ Escola Municipal João Marinho Falcão, maiane.almeida@outlook.com;

² Doutorando em Ensino de História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/ProfHistória), mestre pelo Programa de Pós – Graduação (Mestrado) em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professor de Educação Básica da Rede Municipal de Feira de Santana (PMFS)/ Escola Municipal João Marinho Falcão, willivancarsan@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

As visitas pedagógicas para museus e outras instituições semelhantes são plenamente respaldadas por fundamentos legais e pedagógicos brasileiros como a Constituição Federal de 1988, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - nº 9394/96, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/1990 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A Constituição Federal de 1988 (em seu artigo 205) estabelece que a educação escolar deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando, entre outros objetivos, o pleno desenvolvimento da pessoa. Nesse contexto, as visitas pedagógicas desempenham um papel fundamental, contribuindo para esse desenvolvimento integral. Configuram ações educativas que envolvem a parceria entre instituições sociais e estatais como famílias, igrejas, museus, centros culturais e casas de cultura, enriquecendo o processo de aprendizagem e ampliando os repertórios dos educandos. No artigo 215, a Constituição Federal apresenta que o Estado deverá garantir para todos o pleno exercício dos direitos pertinentes à cultura e acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais. Podemos enquadrar as visitas para museus, casas culturais e instituições semelhantes como um direito cultural e, por extensão, constituem um meio de acesso à cultura e às suas manifestações, que são essenciais à formação da identidade (BRASIL, 1988).

Ao seu modo, em 1990, o ECA estabelece no artigo 58 que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando o respeito aos valores culturais, artísticos e históricos próprios do seu contexto social. A relevância disso recaí no aspecto de que as visitas pedagógicas podem promover o desenvolvimento cidadão ao ter acesso aos bens culturais que constituem a sua cultura (BRASIL, 1990).

No aspecto estritamente educacional, a LDB (Lei nº 9.394/1996), no artigo 1º, estabelece que a educação escolar deve vincular-se à prática social, promovendo a contextualização do conhecimento. Na sequência, no artigo 3º, quando estabelece os princípios do ensino, a LDB afirma que a educação escolar deve prezar pela valorização da experiência extraescolar, apreciada, por exemplo, por uma visita pedagógica. No artigo 26, ao abordar que os currículos da Educação Básica (dos 4 aos 17 anos) devem ter uma base nacional comum e uma parte diversificada complementada em cada sistema de ensino, a LDB



abre caminho para a Base Nacional Comum Curricular e permite a adaptação curricular para incluir ações que respeitem a cultura local e regional (BRASIL 1996). A BNCC defende uma prática educacional que promova a formação identitária, o pensamento crítico e o respeito às diversidades culturais. Ela se estrutura em competências gerais e específicas, por área e componente. Em sua competência geral de número 3, o documento preza pela valorização e fruição das diversas manifestações artísticas e culturais, em escalas geograficamente localizadas entre o local e o mundial, para além da participação de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. As visitas pedagógicas se relacionam diretamente a essa competência, no que tange o envolvimento, a valorização e fruição da cultura (BRASIL, 2018).

O presente trabalho é um relato das experiências tecidas a partir de uma visita pedagógica da Escola Municipal João Marinho Falcão à Casa da Cultura de Feira de Santana (Casarão dos Olhos d'Água) no ano letivo de 2025 na cidade de Feira de Santana, interior da Bahia. Originalmente a escola foi inaugurada no ano de 1973 e seu nome faz referência ao ex-prefeito da cidade, que esteve à frente do executivo municipal entre os anos de 1955 e 1959, eleito pelo pleito de 1953 através do partido União Democrática Nacional (UDN).

Feira de Santana é a segunda maior cidade do Estado da Bahia, tendo um entroncamento rodoviário volumoso e de importância para a economia citadina. O local do atual município envolvia as terras que eram chamadas de Itapororocas e Jacuípe, partes da sesmaria concedida a João Peixoto Viegas no século XVII, que enfrentou a forte resistência dos povos indígenas Payayás com o auxílio da Companhia de Jesus e da Coroa Portuguesa. Após a morte de João Peixoto Viegas que era filho de Francisco de Sá Peixoto e neto de primeiro João Peixoto Viegas, a sesmaria continuou a ser dividida em fazendas para a exploração/colonização das terras, sendo adquiridas pelo casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão (devotos de Nossa Senhora Sant'Ana - daqui nasce a parte religiosa do nome da cidade) uma porção de terra situada ao sul de onde a colonização da sesmaria tinha iniciado (ANDRADE, 1990).

Essa porção de terra ficou conhecida como fazenda dos “Olhos d’Água”, que estava fixada numa rota de boiadas do Sertão ao Recôncavo e Salvador. Ao possuir muitos minadouros/fontes de água, serviu de parada de descanso para as tropas condutoras de gado. Com o passar dos anos, a parada propiciou o surgimento de uma feira (daqui nasce a parte econômica do nome da cidade) que ganhou força e expressividade. Com o desenvolvimento





de um povoado com crescimento adequado, ocorreu a criação da Vila de Feira de Santana em 13 de novembro de 1832. No ano seguinte, 1833, a vila foi desmembrada de Cachoeira e, em 1873, elevou-se à categoria de Cidade Comercial de Feira de Santana (REIS, 2014).

Na fazenda dos “Olhos d’Água”, foi construído um casarão. Essa construção ficou popularmente conhecida como Casarão dos Olhos d’Água. É um símbolo da violência colonizadora e escravagista que se alastrou pelo território originalmente dos Payayás e que violentou pessoas negras e africanas através da desumanização da escravidão. Os limites da antiga fazenda correspondiam aos atuais bairros Olhos d’Água (onde fica localizada a escola), Chácara São Cosme, Eucalipto, Jardim Acácia, Serraria Brasil, Muchila (com “u”) e Tomba. Todos esses locais são, hoje, verdadeiros palimpsestos, palco de colonização e resistência, escravidão e rebeldia. O triunfo daqueles que foram subjugados pelo passado é como minadouro que a urbanização soterrou: resiste, persiste, insiste, infiltra, penetra, espalha e, no momento oportuno, emerge.

VISITA À CASA DA CULTURA DE FEIRA DE SANTANA

O Casarão dos Olhos d’Água ou a Casa da Cultura de Feira de Santana conta com duas salas para interação com o público visitante. Um grande salão com quadros, documentos emoldurados e pendurados nas paredes, baú contendo fotografias, mural de cordéis, mesas para oficiais e objetos diversos (moringas, candieiro, pilão, máquina de escrever). Nessa mesma sala é organizada uma grande quantidade de cadeiras para acomodar os visitantes, uma mesa para cerimônias, um púlpito e as bandeiras do município, estado e federação. Não há um tema específico para essa primeira sala. Nela há a acomodação de tudo que pode estar, de alguma forma, atrelado à cultura de Feira de Santana. Também não há recorte e/ou lógica cronológica para organização desta sala.

Na outra sala, há uma organização temática mais específica. Nela são postados objetos ligados à Maria Quitéria. De um lado um manequim representando a soldado. Posicionados à esquerda e à direita do manequim havia dois painéis informativos sobre ela. Atrás do manequim havia um quadro com uma representação visual da guerreira. Em uma das paredes estava plotada a letra do Hino à Feira (de composição de Georgina Erismann). Do lado oposto havia uma vitrine com a exposição de variados objetos sobre Maria Quitéria: estátuas, bonecas, ilustrações emolduradas, livros, revistas, canecas, roupas, reprodução xerocopiada de



documentos. Do lado oposto ao manequim havia um quadro da artista plástica Graça Ramos. Tal obra de arte traz a representação de três mulheres com participação ímpar nos conflitos da Guerra de Independência do Brasil na Bahia: Maria Quitéria, Joana Angélica e Maria Felipa. Nas outras salas menores, também abertas para o olhar do público, havia fotografias e documentos diversos.

A metodologia da condução da visita esteve segmentada em dois momentos. Primeiro os alunos foram recebidos, conduzidos para o salão sem temática e uma profissional conduziu uma conversa com os estudantes. Ao fim desse momento, ela solicitou que um dos alunos realizasse a leitura de um texto proposto por ela. Ao final dessa primeira parte, os estudantes foram convidados a passear pela segunda sala de exposição (sala de Maria Quitéria) e, também, explorar todos os outros ambientes da estrutura arquitetônica de maneira autônoma. Após, uma funcionária abriu o baú com várias fotografias antigas da cidade e socializou com os estudantes.

A visita contempla a história da cidade a partir do casal de origem europeia (portuguesa) Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão, responsáveis pela fazenda e Casarão dos Olhos d’Água. O símbolo da liberdade em oposição à colonização é Maria Quitéria (mulher branca que desafia as normas do gênero), não trabalhando outros contrapontos. Os povos indígenas que residiam no território antes da força da colonização não são mencionados e nem contemplados em objetos expostos. A população afro-brasileira aparece de duas maneiras: através da obra de Graça Ramos (Maria Felipa) e um quadro posicionado acima do baú com fotografias (representação de uma família negra). Mas essas obras não são mediadas.

É interessante salientar que a maioria dos visitantes de museus e instituições similares é composta por estudantes em atividades escolares. Uma minoria de visitantes é composta por públicos não escolares. Muito embora se objetivem como importantes instrumentos de difusão sociocultural, os museus ainda não alcançaram ampla projeção (MARTINS, 2018). Tony Boita e outros autores, ao estudarem algumas instituições museológicas do Brasil, evidenciaram que os museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) se dedicam objetivamente à branquitude, justificam-se por vínculos às elites nacionais, são perspectivados como másculo-centrados e estruturalmente hétero-centrados. Eles apresentam que uma pequena minoria dos museus pesquisados (e ligados ao IBRAM) se dedicam à diversidade sexual e de gênero, à população indígena e afrodescendente. Para eles “não existem museus

IBRAM dedicados a pobres, favelados e periféricos” (BAPTISTA; BOITA; ESCOBAR; TEDESCO; QUINTILIANO; RIBEIRO, 2023, p. 19). Essa sub-representação das populações afro-brasileiras, indígenas, e LBTQ+³ em museus e exposições do Brasil, dialoga de maneira substancial com as reflexões de João Lorandi Dermarchi. Ao seu modo, esse autor apresenta que o patrimônio cultural conduzido para a hegemonia foi forjado para permitir o silenciamento e exclusões de memórias e identidades que foram postuladas para a subalternidade, marginalizando culturas e histórias. Aqui, o patrimônio é o reflexo e extensão da dominação (DEMCHI, 2022). Podemos afirmar que essa dominação, no Brasil, tem origens historicamente consagradas pelas violências coloniais.

Marcos importantes na luta contra a permanência de silenciamentos e violências coloniais, na educação, foram as leis 10.639/03 e 11.648/08 que promovem a obrigatoriedade da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos normativos da Educação Básica do Brasil. O trabalho com a história e a cultura local são oportunidades de aproximação dos conteúdos trabalhados e prescritos com a vivência e identidade dos alunos, nos contextos nacionais/gerais e na constituição das localidades/municipalidades.

O TRABALHO EM SALA DE AULA APÓS A VISITA

Após a visita à Casa da Cultura de Feira de Santana (Casarão dos Olhos d’Água), o trabalho em sala de aula se intensificou, no intuito de construção de conhecimentos a partir da experiência de visita. As aulas dos componentes curriculares História (3 h/a - semana) e Identidade e Cultura (1h/a - semana) foram utilizadas para refletir sobre a representação da história e cultura feirenses presentes na instituição.

O ponto de partida das reflexões foram as aulas de Identidade e Cultura, com a aplicação de um questionário para construção de respostas a partir das experiências tecidas na visita. Nas aulas de História, um 2º momento foi realizado, através de debates e compartilhamento de experiências, com o objetivo de retomar e sintetizar o que foi trabalhado na visita. Um 3º e um 4º momento são realizados por meio da construção coletiva de dois mapas mentais sobre a história da cidade, focando em temáticas que não foram vistas na visita. Foram escolhidas as histórias de resistência dos povos indígenas Payayás e de Lucas da

³ Para Jean Boita, por exemplo, diante dos mais de 3.000 museus, menos de 1% desenvolvem atividade para a comunidade LGBTQ+.

Feira. Este último, um escravizado que se tornou símbolo de rebeldia e resistência à colonialidade escravagista na região; que nasceu, viveu e morreu em Feira de Santana.

Depois da construção dos mapas (momentos 5º e 6º), dois vídeos foram elaborados pelos professores, utilizando de inteligência artificial. Os vídeos foram construídos a partir das elaborações de um paradidático que conta a histórica da cidade: Feira uma cidade princesa⁴. A ideia era explicar, de outra maneira, com suporte visual, a história dos Payayás e de Lucas da Feira. Com a exibição dos dois vídeos (um sobre Payayás e outro sobre Lucas da Feira), aplicou-se questionários para ser respondido com base nas discussões apresentadas nos vídeos.

Durante a visita, foi observado que os alunos exibiram bastante interesse na atividade do baú de fotografias. A partir dessa observação, as aulas de História se tornaram palco de um 7º momento, cujo objetivo era trabalhar as noções de permanências e rupturas a partir das fotografias antigas e atuais da cidade. Como a escola passou uma complexa reforma, que reestruturou toda a parte arquitetônica, o ponto de partida foi o interior da nossa unidade educacional, com uma fotografia do passado e do presente. Com esse método, passamos pela faixada da escola, pelo Casarão dos Olhos d’Água, por ruas que levam ao centro da cidade, ao centro comercial e ponto de chegada foi a casa do patrono da escola. Passeamos pela cidade com as fotografias. Ao mostrar imagens do passado e do presente sobre onde, antigamente, havia a casa do patrono da escola, os estudantes foram convidados refletir sobre as permanências e rupturas naquele local da cidade, a partir de algumas questões norteadoras.

Um penúltimo (8º) momento foi a aplicação de um questionário para coleta de dados quantitativos. Os alunos foram conduzidos para uma sala da escola onde há o uso de *chromebooks* e convidados a responder um questionário disponível no *Google Forms*. A partir do questionário, foi possível identificar que os estudantes participantes da visita residem em bairros inseridos nos limites da antiga Fazenda dos Olhos d’Água. Dessa forma, dos alunos que realizaram a visita: 32,9% são residentes do bairro Jardim Acácia, 20% do Tomba, 11,8% dos Olhos d’Água, 9,4% da Serraria Brasil e outros bairros como Brasília, Feira X, Muchila e Chácara São Cosme apresentaram 5% ou menos.

Na questão que interrogava se já haviam visitado o Casarão dos Olhos d’Água: 83,5% respondeu que não e 16,5% respondeu que sim. Quando foram questionados se já haviam

⁴ Livro lançado pela “Na Carona Editora” e escrito por Francemberg Texeira Reis e Mayara Plácido Silva com ilustrações do artista plástico Júlio Firmo. O livro conta a história de Feira de Santana com uma linguagem para a Educação Básica.



passado na frente da instituição e sentiram vontade de entrar: 32,9% disse que não e 67,1% disse que sim. Ao serem interrogados se era a primeira vez em um museu: 60% disse que não e 40% disse que sim. Ao serem questionados se gostariam de ir mais em outros museus com suas famílias: 89,4% disse que sim e 10,6% disse que não. E, por fim, quando foram perguntados se gostariam de ir em outros museus com a escola: 83,5% disse que sim e 16,5% disse que não.

Nessa perspectiva, a prática pedagógica desenvolvida após a visita buscava explorar os vínculos entre patrimônio e a comunidade escolar, valorizando o território vivido como espaço de saber e construção de identidade. Para Freire (1996), a aprendizagem significativa decorre do movimento dialógico entre o sujeito e o mundo, em um processo no qual o educando se reconhece como protagonista da construção do conhecimento. Assim, o trabalho docente articulou-se com a realidade social dos alunos, promovendo o diálogo entre educação, cultura e pertencimento comunitário, pilares centrais da pedagogia emancipadora.

A proposta de trabalho final foi concebida sob uma perspectiva que comprehende o ensino como um campo crítico, investigativo, reflexivo e formativo, voltado à construção de conhecimentos a partir de problematizações de memórias e discursos culturais inseridos. De acordo com Gil (2014), o ensino de História, por exemplo, ultrapassa a mera transmissão de conteúdos produzidos pelas academias universitárias e se configura como um processo de mediação entre o saber científico, a experiência social e as práticas culturais, permitindo que o estudante se reconheça como sujeito histórico e participe da produção da memória coletiva.

Nesse sentido, nasce a ideia de inserir a cultura Afro-Indígena na Casa da Cultura de Feira de Santana, com propósito desenvolver uma leitura reflexiva e crítica sobre a instituição visitada, destacando as ausências das populações afrodescendentes e indígenas nas narrativas expositivas do Casarão dos Olhos d'Água. A proposta consistiu em convidar os alunos a imaginar novas salas, exposições, quadros, vídeos, material para palestras e rodas de conversas que valorizassem a diversidade étnica, cultural e histórica da cidade de Feira de Santana. Tal iniciativa apresentou uma inspiração nas proposições de Gil1, Pacievitch e Perussatto (2022).

INSERINDO A CULTURA AFRO-INDÍGENA NA CASA DA CULTURA



Ao serem convidados para inserir os povos Payayás e Lucas da Feira na Casa da Cultura de Feira de Santana, os grupos tiveram liberdade de escolha entre diferentes formatos. O resultado da produção discente foi diverso.

Quadro 1 – Produção discente

Material	Quantidade	Breve descrição
Maquete	2	Prédio institucional com Payayás e Lucas inseridos
Banners/Cartazes	14	Feito com cartolina, escrita à mão e imagens ilustrativas
Desenhos	5	Feitos à mão colocando visualmente Payayás e Lucas
Vídeos	4	Simulação de jornais, animação por IA
Poesias	1	Relata as exposições da instituição
Slides	4	Apresenta a história e cultura dos Payayás e Lucas
Quadro	1	Moldura, material escrito/informativo e visual

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

Essa tarefa propiciou o exercício da autoria discente e o desenvolvimento de práticas de curadoria (seleção de conteúdo, material e abordagem adequada para tratamento), em que os estudantes assumiram o papel de pesquisadores, escritores/narradores e mediadores do patrimônio. A ideia era que o aluno fosse capaz de: 1) relembrar e identificar os temas das exposições; 2) comparar as temáticas das exposições com as discussões e mapas mentais construídos em sala; 3) idealizar formas de como a cultura afro-indígena poderiam ser inseridas na instituição. Como destacam Gil e Pacievitch (2015), o ensino das temáticas históricas, quando associado à educação com o patrimônio, amplia o potencial formativo do aluno, ao integrar o saber científico à experiência sensível e à memória coletiva. De forma complementar, Gil e Meinerz (2017) ressaltam que a relação entre educação, patrimônio e relações étnico-raciais abre caminhos para uma perspectiva decolonial de ensino, na qual os saberes subalternizados ganham centralidade. Assim, o projeto realizado na Escola Municipal João Marinho Falcão possibilitou a construção de novas narrativas, capazes de tensionar as versões hegemônicas da história local e de afirmar a pluralidade das identidades que compõem Feira de Santana.

Dentre os materiais audiovisuais, alguns foram elaborados com o uso de animação por inteligência artificial, simulando telejornais e visitas guiadas em museus. As maquetes apresentaram representações visuais de espaços expositivos nos quais a presença afro-indígena ganhava destaque, integrando elementos simbólicos como o barro e as cores terrosas. Os quadros artísticos exploraram imagens de resistência e ancestralidade, enquanto os *slides* e



vídeos demonstraram a apropriação das linguagens tecnológicas e midiáticas na comunicação de conteúdo. Nos vídeos em formato de telejornais e simulações museais, os alunos assumiram os papéis de repórteres, apresentadores e curadores, recontando episódios da história da cidade de modo criativo. Os *banners/cartazes* foram criados de maneira a sintetizar visualmente informações sobre Payayás e Lucas da Feira. Essas práticas estão atreladas ao desenvolvimento de competências previstas na BNCC (BRASIL, 2018), como a valorização das identidades culturais, a autoria e o pensamento crítico.

De acordo com Gil e Meinerz (2017), a educação com o patrimônio, ao articular memória e identidade, constitui-se como prática de resistência simbólica, uma vez que permite aos sujeitos compreenderem-se como agentes e produtores de cultura. As produções dos alunos ultrapassam o campo da representação estética, configurando-se como atos de reescrita e de apropriação da memória, reafirmando o protagonismo juvenil e o papel social da escola na preservação e/ou provação do patrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visita pedagógica à Casa da Cultura de Feira de Santana e as atividades pedagógicas subsequentes demonstram a relevância do trabalho com a cidade e o seu patrimônio como possibilidade de formação crítica e cidadã. O processo desenvolvido possibilitou, aos estudantes, o reconhecimento da história de seu bairro (e, por extensão, de sua própria história), conectando saberes escolares, experiências comunitárias e práticas culturais.

Ao trabalhar a história a partir das histórias silenciadas, como as dos povos Payayás e de Lucas da Feira, a sequência didática reafirma o compromisso da escola pública com uma educação plural, democrática e antirracista, conforme previsto nos ordenamentos jurídicos do Brasil. Assim, propõe-se que o ensino deve ser compreendido como uma prática cultural que cria e recria a realidade para promover a justiça. Que usa a cidade como espaço pedagógico, que forja uma apropriação dos equipamentos urbanos pelos discentes. Essa inserção, vivenciada pelos estudantes, traduziu-se na criação de narrativas audiovisuais, artísticas e materiais, que imaginaram a ressignificação do patrimônio histórico local sob outras perspectivas.

O ato de educar engloba um movimento de libertação e de leitura crítica do mundo e, dessa forma, a ideia de inserir a Cultura Afro-Indígena na Casa da Cultura de Feira de



Santana, mostrou-se uma experiência transformadora. Ela promoveu o deslocamento dos alunos de uma posição de expectadores para agentes, imaginando o Casarão dos Olhos d'Água como espaço de encontros, memórias plurais e reexistências.

Assim, as ações realizadas reafirmam o papel da escola como mediadora entre conhecimento, cultura e território, capaz de fomentar aprendizagens significativas e socialmente comprometidas. O ensino de História e Identidade e Cultura, articulado à educação com o patrimônio, no uso da cidade como espaço pedagógico, mostrou-se uma alentada possibilidade para formação de sujeitos potencialmente críticos, criativos, aptos a compreender e transformar o espaço em que vivem.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco. **Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony; ESCOBAR, Geanine Vargas; TEDESCO, Caio de Souza; QUINTILIANO, Marta; RIBEIRO, Lucas. Sexualidade, gênero, raça e classe no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram): por uma guinada queer interseccional e decolonial. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Brasília, v. 57, dossier temático 3 - parte 1, 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos



Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

CAMPOS Juliano e LIMA, Carlos (org.). **Feira, uma cidade princesa**. Feira de Santana: Na Carona Editora, 2018.

DEMARCHI, João Lorandi. Rir do patrimônio hegemônico: outras epistemologias para refundar o patrimônio cultural. **Sillogés**, v. 5, p. 26-55, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Carmem Zeli de Vargas ; PACIEVITCH, C. ; PERUSSATTO, M. K. . Pensar historicamente com a educação patrimonial: um não-guia. **Sillogés**, v. 5, p. 56-87, 2022.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Estágio de docência em História: saberes e práticas na educação para o patrimônio. In.: GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuam Targino Zaleski (org.). **Patrimônio cultural e ensino de História**. Porto Alegre: Edelbra, 2014. p. 37–51.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; MEINERZ, Carla Beatriz. **Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes**. Horizontes, v. 35, n. 2, p. 19–34, 2017.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; PACIEVITCH, Caroline. Patrimônio cultural e ensino de História: experiências na formação de professores. **Opsis**, v. 15, n. 2, p. 28–42, 2015.

MARTINS, Luciana Conceição de Almeida. **História pública do Quilombo do Cabula**: representações de resistências em museu virtual 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária. 2018. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2018.

REIS, Francemberg Teixeira. **Terra em Jogo**: perfil fundiário e estratégias para a manutenção da propriedade rural em Feira de Santana na passagem para o século XX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2014.